

ENSINO REMOTO: UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR ACERCA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

Nataly Oliveira Santiago¹, e-mail: nataly.santiago@souunit.com.br, Maceió/AL

Hanna Haviva Vasconcelos Barbosa¹, e-mail: hanna.haviva@souunit.com.br,
Maceió/AL

Rute Oliveira Cintra, e-mail¹: ruteocintra@gmail.com, Maceió/AL

Ana Beatriz de Paulo Milfont¹, annabeatrizmilfont@gmail.com, Maceió/AL

Ronald Pinheiro Rodrigues² (orientador), e-mail:

ronald.pinheiro@souunit.com.br, Maceió/AL

Centro Universitário Tiradentes¹/Psicologia/Alagoas

Área de conhecimento: 7.00.00.00-0 – Ciências Humanas – 7.07.00.00-1 – Psicologia – 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas – 7.07.00.00-1 – Direito – 6.10.00.00-0 – Serviço Social – 7.08.00.00-6 – Educação

RESUMO: A instauração do ensino remoto nas escolas brasileiras, devido a pandemia do novo coronavírus, ampliou a permanência de crianças e adolescentes em casa, juntamente aos pais, o que se tornou um fator agravante para os casos de violência sexual, já que estes ocorrem predominantemente no seio domiciliar. Nessa perspectiva, o presente escrito objetiva-se, por meio de uma análise multidisciplinar, a expor a deficiência acarretada através do ensino on-line no que diz respeito aos eventos de abusos sexuais durante o isolamento social e, metodologicamente, se apresenta como um estudo de revisão bibliográfica, sendo resultado de discussões do projeto de extensão "Proteção Integral", vinculado ao Centro Universitário Tiradentes, Unit/AL. Assim, percebe-se que o corpo docente das instituições de ensino não possui capacitação e amparo necessários provenientes do Estado para oferecer educação sexual de qualidade e atenção eficiente para as possíveis vítimas. Por conseguinte, partindo de uma concepção jurídica, é possível visualizar o ensejo de uma problemática que diz respeito ao exercício de garantias fundamentais inerentes à comunidade infantojuvenil, visto que, enquanto sujeitos de direitos, gozam da aplicação da doutrina da prioridade absoluta e princípio da proteção integral. Conseqüentemente, é imprescindível que os impactos do abuso sexual infantojuvenil causados no psicológico de crianças e adolescentes sejam considerados, uma vez que a saúde mental é um importante fator na qualidade de vida de todos, como pode ser visto na pesquisa de Amazarray (1998) que demonstra que os efeitos físicos e psicológicos da violência sexual podem ser irreversíveis. De forma complementar, é sabido que a escola ao identificar algum caso concreto é responsável por notificar e acionar outras redes de proteção, porém, diante do contexto atual, essa identificação por parte dos professores

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes, Unit/AL, e discente voluntária do projeto de extensão "Proteção Integral".

²Coordenador do projeto de extensão "Proteção Integral" e docente do curso de Direito, Centro Universitário Tiradentes, Unit/AL.

passou a ser de alguma forma impossibilitada, o que ocasiona em um aumento do ciclo de violência sexual. Diante disso, conclui-se que é necessário repensar as condições que estão sendo delimitadas ao ensino remoto, bem como as especificações de apoio e atenção as crianças e adolescentes, posto que, perante o distanciamento da coletividade, o dever da família, do estado e da sociedade de oferecer proteção em prol de crianças e adolescentes é indispensável para a minimização dos casos de violência sexual.

Palavras-chave: COVID-19, ensino virtual, abuso sexual

ABSTRACT: The establishment of the remote learning in Brazilian schools, due to the new coronavirus pandemic, extended the permanence of children at home, along with their parents, which has become an aggravating factor for cases of sexual violence, since they happen mostly in households. In this perspective, the objective of the present writing, through a multidisciplinary analysis, is to expose the shortcoming brought about by the online education regarding the cases of sexual violence against children during the social isolation and, methodologically, it presents itself as a reviewed bibliographic study, being a result of discussions of the extension project "Proteção Integral", linked to the Centro Universitário Tiradentes, Unit/AL. Thus, it is clear that the educational system doesn't have the training skills and support needed from the state to offer a quality sex education and attention to possible victims. Therefore, starting from a legal conception, it is possible to visualize the emergence of a problematic regarding the fundamental rights of the juvenile community since, as the subjects of rights, they can benefit from the application of the absolute priority doctrine and integral protection principles. Consequently, it is essential that the impacts of the juvenile sexual violence caused on the psychological of children and teenagers are considered, since mental health is an important factor in everyone's quality of life, as demonstrated by the Amazarrey's (1998) research, which concludes that the physical and psychological effects of sexual abuse can be irreversible. Complementarily, it is known that the school, when identifying a specific case, is responsible for notifying and triggering other protection networks, however, given the current context, this identification by the teachers has somehow become impossible, which causes an increase of the cycle of sexual violence. That being said, it is concluded that it is necessary to rethink about the conditions that are being delimited to the remote education, as well as the support and care specifications for children and teenagers, since, given the detachment of the collectivity, the duty of the family, the state and the society to offer protection in favor of the children and teenagers is essential to minimize the cases of sexual violence.

Keywords: COVID-19, virtual learning, sexual abuse

Referências/references:

GONÇALVES, Maria C. da S.; JESUS, B. G. de. (Org.). **Educação contemporânea - Volume 19**. Belo Horizonte: Poisson, 2021.

LIBERATI, Wilson Donizete. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7 ed. rev. e ampl., de acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406/2002). São Paulo: Malheiros Ed., 2003, p. 47.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual**. Porto Alegre: Psicologia: Reflexão e Crítica, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/vqMD49xDgznQhq6DKjGs4xd/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2021.